

Demonstrações Financeiras

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

31 de dezembro de 2018 e 2017
com Relatório do Auditor Independente

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores, Diretores e Conselheiros da
Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC. ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, sem modificação, datado de 12 de junho de 2018.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e suas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de junho de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Cezar Augusto Ansoain de Freitas
Contador CRC-1SP234620/O-4

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais R\$)

Ativo	2018	2017
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa (nota 4)	338.954	803.511
Caixa Restrito (Nota 4.1)	6.279	-
Aplicações financeiras (nota 5)	639.435	671.118
Impostos a recuperar	32	32
Contas a Receber	58.632	13.750
Adiantamentos	50.598	50.501
Despesas antecipadas	5.750	5.700
	<u>1.099.680</u>	<u>1.544.612</u>
Não circulante		
Depósitos judiciais	-	30.430
Propriedades para investimento (nota 6)	2.996.652	3.039.577
Imobilizado (nota 7)	31.990.010	31.661.260
Intangível (nota 7)	6.571	5.323
	<u>31.996.581</u>	<u>31.666.583</u>
Total do ativo	<u><u>36.092.913</u></u>	<u><u>36.281.202</u></u>

Passivo e patrimônio líquido	2018	2017
Circulante		
Fornecedores	70.118	65.528
Obrigações tributárias	20.709	11.898
Salários e encargos sociais (nota 8)	270.742	247.626
Projetos a Executar (nota 16)	6.279	-
	<u>367.848</u>	<u>325.052</u>
Não circulantes		
Receita diferida (nota 9)	2.166.432	2.270.218
Projetos a Executar - Imobilizado	125.601	-
Cheque Caução - Aluguéis	59.250	59.250
	<u>2.351.283</u>	<u>2.329.468</u>
Total do passivo	<u>2.719.131</u>	<u>2.654.520</u>
Patrimônio líquido (nota 11)		
Patrimônio social	5.538.816	5.053.579
Ajuste de avaliação patrimonial	27.834.816	28.573.103
	<u>33.373.782</u>	<u>33.626.682</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>36.092.913</u></u>	<u><u>36.281.202</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas operacionais com restrições		
Subvenção de custeio educacional (nota 15)	6.635.070	7.347.017
Subvenção FUMCAD / CONDECA (nota 16)	328.547	172.190
Gratuidade – voluntários (nota 22)	389.560	427.308
	<u>7.353.177</u>	<u>7.946.515</u>
Sem restrições		
Auxílios e doações (nota 12)	5.163.835	4.717.327
Venda de bens e serviços	113.383	-
Aluguéis de imóveis (nota 13)	271.253	259.847
Ações de companhias abertas recebidas em doação (nota 14)	-	392.201
Receitas diversas	111.136	124.163
	<u>5.659.607</u>	<u>5.493.538</u>
Total receitas operacionais	<u>13.012.784</u>	<u>13.440.053</u>
Custos com programas		
Custos educacionais (nota 18)	(5.654.098)	(4.820.788)
Gratuidade - bolsas de estudos (nota 15)	(6.635.070)	(7.347.017)
Gratuidade – voluntários (nota 22)	(389.560)	(427.308)
Total custos com programas	<u>(12.678.728)</u>	<u>(12.595.115)</u>
Resultado bruto	<u>334.056</u>	<u>844.938</u>
Despesas operacionais		
Despesas com pessoal (nota 19)	(89.231)	(179.532)
Benefícios trabalhistas	(10.202)	(61.514)
Encargos sociais (FGTS e PIS)	(6.948)	(22.810)
Despesas gerais (notas 17)	(125.316)	(43.841)
Depreciação	(119.367)	(92.824)
Serviços prestados por terceiros (nota 20)	(365.491)	(287.934)
Total despesas operacionais, líquidas	<u>(716.554)</u>	<u>(688.456)</u>
Receitas financeiras (nota 21)	413.464	242.451
Despesas financeiras (nota 21)	(283.865)	(39.876)
Receitas financeiras, líquidas (nota 21)	<u>129.599</u>	<u>202.575</u>
Superávit/déficit do exercício	<u>(252.900)</u>	<u>359.057</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.956.235	29.311.390	-	33.267.625
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	738.287	(738.287)	-	-
Superávit do exercício			359.057	359.057
Transferência para patrimônio social	359.057	-	(359.057)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.053.579	28.573.103	-	33.626.682
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	738.287	(738.287)	-	-
(Déficit) do exercício	-	-	(252.900)	(252.900)
Transferência para patrimônio social	(252.900)	-	252.900	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.538.966	27.834.816	-	33.373.782

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	(252.899)	359.057
Ajustes de receitas e despesas que não envolvem caixa	-	-
Depreciações e amortizações	718.882	664.287
Provisão contingência trabalhista	-	(7.614)
Realização de bens com recursos públicos	125.601	-
Receita diferida	(103.786)	(46.067)
	487.798	969.663
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(44.882)	17.850
Adiantamentos	(97)	(1.678)
Despesas antecipadas	(50)	(1.649)
Impostos a recuperar	-	-
Depósitos judiciais	30.430	10.672
Fornecedores	4.589	(7.247)
Salários e encargos sociais	23.116	(28.962)
Obrigações fiscais	8.811	(649)
Projetos a Executar - FUMCAD	6.279	(10.397)
Cheque Caução - Aluguéis	-	-
Caixa Restrito	(6.279)	10.397
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	509.714	957.999
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	31.684	(149.513)
Aplicações em renda variável	-	(392.201)
Vendas de propriedades para investimentos		
Aquisições de imobilizado, intangíveis e propriedades para investimentos	(1.005.955)	(263.674)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(974.271)	(805.388)
Pagamento de financiamento		
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamentos		
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(464.557)	152.611
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	803.511	650.900
No final do exercício	338.954	803.511
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(464.557)	152.611

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC (“OSUC” ou “Entidade”) é uma entidade beneficente sem fins lucrativos, fundada em 1962 em São Paulo. Por meio de diferentes ações a Entidade procura incentivar nos jovens, a busca da excelência humana e profissional, bem como a preocupação social e a solidariedade.

A Entidade é mantenedora do CEAP (Centro Educacional Assistencial Profissionalizante), uma unidade não governamental fundada em 1985, que atua no modelo de escola profissionalizante gratuita, sem fins lucrativos, localizada na região da Pedreira, zona Sul da cidade de São Paulo. A escola oferece cursos profissionalizantes para jovens carentes entre 10 e 18 anos que estejam matriculados no ensino regular, do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. A missão do CEAP é criar condições para a formação de cidadãos íntegros capazes de transformar o mundo através de seu trabalho. O CEAP está inserido em uma comunidade da zona sul de São Paulo, no bairro de Pedreira, distrito de Cidade Ademar, com uma população estimada em aproximadamente 268 mil habitantes. Em 2018, a unidade atendeu 1.015 jovens (616 alunos ativos, 66 alunos desistentes, 110 alunos em projeto de reforço escolar e 223 alunos do Projeto *Maker Lab*, realizado em parceria com o INSTITUTO TELLUS, que financiou 100% desse projeto que consiste em um laboratório *maker* que objetiva estimular a criatividade e inovação de jovens entre 14 e 18 anos. O CEAP já atendeu mais de 7 mil alunos desde sua fundação (em 2017 - 780 jovens) e possui um atendimento voltado a uma população exposta a situações de vulnerabilidade social.

Os recursos gerados pela Entidade para manutenção de seus objetivos sociais são basicamente provenientes das receitas de auxílio e doações de pessoas físicas e jurídicas, rendimentos de aluguéis de imóveis e de aplicações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria da Entidade no dia 10 de junho de 2019, refletindo todos os eventos de conhecimento da administração até a presente data.

1.1. Aspectos fiscais

A Entidade é imune de impostos, de acordo com o art. 150, VI, c) da Constituição Federal.

Considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e coloque-os à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

As instituições imunes estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- Não remunerar, de nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados.

Aplicar, integralmente, no país seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

1.1. Aspectos fiscais--Continuação

- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão.
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.
- Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal.
- Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir com as obrigações acessórias decorrentes.
- Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda as condições de isenção, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público.
- Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, o destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

A Entidade vem cumprindo os requisitos anteriormente mencionados.

A Entidade tem isenção da contribuição social sobre o superávit, em conformidade com o artigo 15 da Lei 9.532/97. A Nota 2.15 c, detalha a renúncia fiscal da Entidade.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Pequenas e Médias Empresas, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros" ("ITG 2002"), combinada com a NBC TG 1000 (R1) ("CPC PME") - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente das quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído para os bens do ativo imobilizado na data de transição para a ITG 2002 NBC TG 1000 (R1).

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A estimativa e premissa que apresenta um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, relaciona-se com a determinação do valor recuperável do ativo imobilizado e a avaliação das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado.

A Entidade adota o custo atribuído para terrenos e edificações. A cada encerramento de exercício social, a Entidade revisa os saldos dos ativos imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo tendo como referência o valor justo menos os custos necessários para a alienação dos ativos analisados.

As vidas úteis dos imobilizados foram determinadas através de laudos de avaliação realizados por especialistas. Todos os possíveis impactos das revisões das vidas úteis são

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

reconhecidos sempre prospectivamente nas demonstrações financeiras. Não há indicativos em 2018 que requeiram a revisão das vidas úteis dos ativos imobilizados da Entidade.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por valores de liquidez imediata e com vencimento original de até 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor, apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, por provisão para perda (*impairment*). Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e determinadas aplicações financeiras.

2.5. Instrumentos financeiros

2.5.1. Reconhecimento inicial e classificação

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5.1. Reconhecimento inicial e classificação--continuação

efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os principais ativos e passivos financeiros da Entidade são representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e fornecedores. Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo mais os custos diretamente atribuíveis à sua compra ou emissão, exceto instrumentos financeiros classificados como a valor justo pelo resultado, para os quais os custos são registrados na demonstração do resultado para o exercício.

2.5.2. Deterioração de ativos financeiros (*impairment*)

A Entidade avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo de amortização, o valor do impairment corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por impairment para todos os ativos financeiros.

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Aluguéis a receber

Aluguéis a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços de locação de imóveis reconhecidos contabilmente por competência.

Aluguéis a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.7. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são propriedades e edificações mantidas pelo proprietário, ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de aluguéis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio.

A Entidade é proprietária de 3 imóveis (2017 - 3 imóveis) que são mantidos para rendimento de aluguel de longo prazo e para valorizações. Os imóveis não são ocupados pela Entidade.

As propriedades para investimento são contabilizadas pelo custo menos depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição.

O valor justo dos imóveis utilizados como propriedades para investimento, estimado por profissional especialista e independente, foi adotado para registro quando do recebimento do ativo, conforme Nota 6.

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Imobilizado

A Entidade adota a prática do "custo atribuído" (*deemed cost*) desde 1º de janeiro de 2012, conforme opção prevista na Resolução CFC no 1.409/12, e detalhada nos parágrafos 20 a 29 da ICPC 10 - "Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43", para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - "Ativo Imobilizado e da ICPC 10".

Além de edificações, que tiveram suas vidas úteis modificadas pelo mesmo laudo técnico elaborado por peritos independentes para avaliação do "custo atribuído", foi elaborado outro laudo técnico para revisão da vida útil dos demais ativos sendo alteradas a partir de outubro de 2014 retroagidos a data base de 1º de janeiro de 2012.

Demais itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando necessário.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Edificações	De 20 a 59
Veículos	8
Móveis e utensílios	De 3 a 22
Equipamentos de informática	De 3 a 22
Máquinas e equipamentos	De 3 a 22
Software	5

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Imobilizado--Continuação

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.9. Provisão para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações. As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Entidade.

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.12. Contingências ativas e passivas

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes - são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes - são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

2.13. Doações, auxílios e subvenções

A Entidade recebe doações, auxílios e subvenções (remunerações) que podem ser recebidas na forma de dinheiro, cheques, estoque de produtos, perdão de dívidas, imóveis, terrenos, equipamentos, instalações, móveis, utensílios e de serviços voluntários.

Estas remunerações são classificadas da seguinte forma:

- Doação incondicional - é quando o doador não impõe qualquer condição para que o valor seja utilizado pela Entidade.
- Doação condicional - circunstância em que o doador determina ao recebedor o cumprimento de uma obrigação ou destinação específica.
- Doações para custeio - recebidas por qualquer meio (cheque, dinheiro, depósito em conta corrente etc.). São contabilizadas na rubrica de contas a receber com contrapartida na rubrica de receita de doações.
- Doações recebidas na forma de patrimônio - são os casos de imóveis doados que passam a integrar o patrimônio da Entidade. No reconhecimento inicial, são mensuradas ao valor justo e registrados em conta do ativo imobilizado tendo como contrapartida a rubrica de receita diferida. Subsequentemente, à medida em que o bem é depreciado, a receita diferida também é amortizada e reconhecida na demonstração do resultado do exercício no mesmo período de forma a não resultarem em ganho ou perda na demonstração do resultado dos exercícios.

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Demais ativos e passivos circulantes

Os demais ativos circulantes são apresentados aos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os demais passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

2.15. Reconhecimento de receitas e despesas

a) Subvenção de custeio educacional

As subvenções de custeio educacional referem-se a bolsas de estudos ofertadas aos alunos pela Entidade; são mensuradas ao valor justo e reconhecidas na demonstração do resultado do exercício na rubrica de Subvenções de custeio educacional tendo como contrapartida a rubrica de Gratuidade - bolsas de estudos.

b) Gratuidade - trabalho voluntário

Em cumprimento a Interpretação ITG-2002 aprovada pela Resolução CFC o n 1.409/12, a Entidade mensura e reconhece o trabalho voluntário pelo valor justo da prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, conforme detalhes discorridos na Nota 15. As receitas correspondentes aos trabalhos voluntários foram reconhecidas na rubrica Gratuidade - trabalho voluntário. As correspondentes despesas foram reconhecidas considerando a sua função. Nesse sentido, os custos atribuídos aos trabalhos voluntários identificados nos exercícios de 2018 e de 2017 foram tratados na rubrica de custos com Gratuidade - trabalho voluntário. Em vista de que o reconhecimento dos valores mensurados a título de receita de trabalhos voluntários, tem o mesmo valor das despesas de trabalhos voluntários, e foram todas apropriadas no resultado de 2018 e 2017, o procedimento não implicou em alteração do superávit daquele exercício.

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Reconhecimento de receitas e despesas--Continuação

c) Renúncia fiscal

A Entidade tem isenção do imposto de renda e contribuição social sobre o superávit, em conformidade com o artigo 12 da Lei 9.532/97, e imunidade em relação ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de aplicações financeiras.

Com relação à COFINS, a MP nº 2.185-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias das associações sem fins lucrativos.

Com relação às contribuições a cargo da Entidade, destinadas à Seguridade Social (INSS cota empresa), o art. 29 da Lei 12.101 publicada em 27 de novembro de 2009, estabelece a isenção destas contribuições para as entidades beneficentes detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), e desde que preenchidos os requisitos previstos na legislação.

Em 2019 ao julgar o Recurso Extraordinário nº 636.941/RS, o Supremo Tribunal Federal decidiu que são imunes à Contribuição para PIS/PASEP sobre a Folha de Salários as Entidades Beneficentes de Assistência Social que atendam aos requisitos previstos nos artigos 9º e 14 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 1966), bem como no art. 55 da Lei nº 8.212, de 1991 (atualmente, art. 29 da Lei nº 12.101, de 2009).

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Reconhecimento de receitas e despesas--Continuação

Renúncia fiscal	2018	2017
Educacional		
Mensalidade escolar	6.635.070	7.347.017
Obtenção de gratuidade no serviço voluntário	389.560	427.308
Receitas financeiras 50%	206.732	121.226
Cofins 3%	216.941	236.867
Despesa com pessoal	2.487.605	2.224.484
INSS 25,5%	634.339	567.243
Operacional		
Auxílios e doações	5.163.835	4.717.327
Receitas diversas	382.389	384.010
Receitas financeiras 50%	206.732	121.226
Cofins 3%	172.589	156.677
Despesa com Pessoal	89.231	179.532
INSS 25,5%	22.754	45.781
Total	1.046.623	1.006.568

d) Receitas de doações

As receitas de doações, substancialmente recebidas de doadores que efetuam o pagamento por meio de boletos bancários, são contabilizadas quando recebidas.

As demais receitas são contabilizadas observando o regime de competência dos exercícios. Observadas condições descritas na Nota 2.13.

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.16. Demonstração dos fluxos de caixa

A administração da Entidade apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de qualquer deferimento ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

3. Ativos e passivos financeiros

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Empréstimos e recebíveis		
Caixa (Nota 4)	6.336	15.317
Bancos conta-movimento (Nota 4)	30.086	71.382
Aplicações financeiras (Nota 4 e Nota 5)	941.967	1.387.930
Depósitos judiciais		30.430
	<u>978.389</u>	<u>1.505.059</u>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	70.116	65.528
	<u>70.116</u>	<u>65.528</u>

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	6.336	15.317
Bancos conta-movimento	30.086	71.382
Aplicações financeiras	<u>302.532</u>	<u>716.812</u>
	<u>338.954</u>	<u>803.511</u>
Caixa restrito (Nota 4.1)	<u>6.279</u>	<u>-</u>
	<u>6.279</u>	<u>-</u>

Os recursos apurados em Certificados de Depósitos Bancários são controlados individualmente por meio de contas bancárias específicas, com remuneração entre 87% à 95% do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI) (2017 - 95% do CDI).

4.1. Caixa restrito FUMCAD e CONDECA

O Fundo Municipal da Criança e Adolescente (FUMCAD) é um fundo do município de São Paulo com finalidade de apoiar projetos que garantam os direitos da criança e adolescente através de repasses financeiros. No ano de 2018 a Obras Sociais Universitárias e Culturais (OSUC) assinou dois termos de convenio com o Fundo Municipal da Criança e Adolescente (FUMCAD) Processo nº 6074.2017/0000594-4 e 6074.2018/0000500-8 acordando um repasse total de R\$ 345.311 no prazo de 1 ano. Durante o exercício de 2018, a OSUC recebeu o montante de R\$ 169.718 (Em 2017 a OSUC recebeu a quantia de - R\$ 160.614 do FUMCAD, referente ao contrato vigente em 2017) (Nota 16) e de rendimento de aplicação bancária R\$ 605 (2017 – R\$ 1.179), do montante total foram investidos R\$ 39.000 em 2018 (2017 - R\$ 3.200).

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA) é um fundo do estado de São Paulo que tem como uma das suas principais atribuições a participação na elaboração das políticas de atendimento à criança e ao adolescente. Para isso, busca incentivar as entidades filantrópicas através de repasses financeiros. No ano de 2018 a Obras Sociais, Universitárias e Culturais (OSUC) assinou um termo de convênio com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA) Processo nº 2357/2017 acordando um repasse total de R\$ 477.507 no prazo de 1 ano. Durante o exercício de 2018, a OSUC recebeu o montante de R\$ 247.541 (Nota 16) e de rendimento de aplicação bancária R\$ 1.806, do montante total foram investidos R\$ 91.722.

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Aplicações financeiras

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Credit Suisse – Cred Priv Sigma FICFI	62.099	134.405
Aplicações em renda Variável (Nota 14)	432.824	392.201
Outros ativos financeiros	144.512	144.512
	<u>639.435</u>	<u>671.118</u>

Referem-se substancialmente a aplicações em fundos multimercado e carteira de ações mantidos junto ao Banco Credit Suisse, Banco Bradesco, Banco Santander e Banco Itaú.

Os recursos apurados em Fundos de Investimentos em Cotas são controlados individualmente por meio de contas bancárias específicas, com remuneração equivalente a aproximadamente 92% do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI) (2017 - 98% do CDI).

6. Propriedades para investimento

	<u>Em 31 de dezembro de 2017</u>	<u>Transferências</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Transferências Depreciação</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2018</u>
Terrenos	2.217.656				2.217.656
Edificações	821.921	-	(42.925)	-	778.996
	<u>3.039.577</u>	<u>-</u>	<u>(42.925)</u>	<u>-</u>	<u>2.996.652</u>
	<u>Em 31 de dezembro de 2016</u>	<u>Transferências</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Transferências Depreciação</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2017</u>
Terrenos	2.154.551	63.105	-	-	2.217.656
Edificações	722.828	176.910	(39.219)	(38.599)	821.921
	<u>2.877.379</u>	<u>240.015</u>	<u>(39.219)</u>	<u>(38.599)</u>	<u>3.039.577</u>

As propriedades para investimento contabilizadas pelo custo atribuído que se encontram arrendadas estão relacionadas a seguir:

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Propriedades para investimento - - Continuação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
1 - Rua Zequinha De Abreu, 404 – São Paulo (SP)	2.433.588	2.453.141
2 - Praça Dr. João Mendes,62 conj. 601 (SP)	377.087	392.739
3- Praça Dr. João Mendes,62 conj. 602 (SP)	185.977	193.697
	<u><u>2.996.652</u></u>	<u><u>3.039.577</u></u>

As propriedades para investimento, principalmente edifícios de escritórios, são mantidas para rendimentos de aluguel de longo prazo, não são ocupadas pela Entidade e são reconhecidas pelo valor justo de doação e/ou custo atribuído (adotado na data de transição para o ITG 2002 / NBC TG 1000 (R1)).

As propriedades para investimento registradas antes da adoção ao ITG 2002 / NBC TG 1000 (R1) foram à época registradas como receita dos correspondentes exercícios, não havendo; portanto, diferimento das receitas de doação.

7. Imobilizado e Intangível

	<u>Em 31 de dezembro de 2017</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Transferências Depreciação</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2018</u>
Imobilizado						
Terrenos	14.933.100	-	-	-	-	14.933.100
Edificações	15.515.392	-	-	(366.682)	-	15.148.710
Veículos	26.132	179.655	-	(34.480)	-	171.307
Máquinas e equipamentos	227.881	174.367	-	(37.262)	-	364.986
Móveis e utensílios	667.771	4.893	-	(116.233)	-	556.431
Equipamentos de informática	290.984	89.382	-	(118.257)	-	262.109
Obras em andamento	-	553.367	-	-	-	553.367
	<u><u>31.661.260</u></u>	<u><u>1.001.664</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(672.914)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>31.990.010</u></u>
Intangível						
Softwares	5.323	4.291	-	(3.043)	-	6.571
	<u><u>5.323</u></u>	<u><u>4.291</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(3.043)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>6.571</u></u>

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado e Intangível--Continuação

	Em 31 de dezembro de 2016	Aquisições	Transferências	Depreciação	Transferências Depreciação	Em 31 de dezembro de 2017
Imobilizado						
Terrenos	14.996.206	-	(63.105)	-	-	14.933.100
Edificações	15.879.548	-	(36.072)	(366.683)	38.599	15.515.392
Veículos	32.253	-	-	(6.121)	-	26.132
Máquinas e equipamentos	200.705	54.370	-	(27.194)	-	227.881
Móveis e utensílios	772.075	12.342	-	(116.646)	-	667.771
Equipamentos de informática	342.338	54.424	-	(105.778)	-	290.984
Obras em andamento	-	140.838	(140.838)	-	-	-
	32.223.126	261.974	(240.015)	(622.423)	38.599	31.661.260
Intangível						
Softwares	6.268	1.699	-	(2.644)	-	5.323
	6.268	1.699	-	(2.644)	-	5.323

Adoção do custo atribuído (deemed cost)

Com base na adoção da Resolução nº 1.409/12, a Entidade adotou em 1º de janeiro de 2012, o valor justo como custo atribuído e revisão da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado, por meio de laudo de avaliação emitido por especialistas. Tanto o terreno quanto o edifício (aproximadamente 9.800 m²) referem-se à sede da Entidade localizada na Rua José Vieira Martins.

8. Salários e encargos sociais

	2018	2017
Provisão de férias	231.359	200.617
INSS a recolher	18.089	16.396
FGTS a recolher	19.420	25.220
Contribuição sindical a recolher	20	20
PIS sobre folha de pagamento a recolher	1.854	3.286
Outras obrigações	-	2.087
	270.742	247.626

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Receita diferida

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Rua Zequinha de Abreu, 404 – São Paulo/SP (*)	2.516.528	2.516.528
Doações Bens Imobilizado (**)	69.326	89.228
(-) receita acumulada reconhecida	(419.422)	(335.538)
	<u><u>2.166.432</u></u>	<u><u>2.270.218</u></u>

(*) Trata-se de imóvel que foi recebido a título de doação em dezembro de 2013 e que se encontra arrendado. O reconhecimento da receita está sendo efetuado em consonância com a depreciação do bem, registrado pelo custo atribuído avaliado ao valor de mercado por peritos profissionais e independentes, com vida útil atribuída de 30 anos.

(**) Em 2017 a Entidade recebeu doações de 65 monitores da Dell no valor total de R\$ 48.100. O reconhecimento da receita está sendo efetuado em consonância com a depreciação do bem, registrado pelo custo atribuído e avaliado a valor de mercado pela administração local. Em 2018 a Entidade recebeu de doações da Panasonic e da IBM, Projetor e Microcomputadores respectivamente dessas empresas avaliados em R\$ 88.083.

10. Processos judiciais

A Entidade reconhece a provisão para processos judiciais quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

A Entidade não possuía ações de natureza tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como provável ou possíveis, não sendo, portanto, requerida provisão na data.

11. Patrimônio líquido

O patrimônio social é composto pelos superávits e déficits dos exercícios aprovados pela Assembleia Geral.

O patrimônio social é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos valores referentes ao custo atribuído do imobilizado e dos superávits acumulados. O superávit acumulado será destinado à manutenção das atividades, para atender dispositivos legais vigentes e manter a continuidade da Entidade.

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Auxílios e Doações

A Entidade recebeu doações no montante de R\$ 5.163.835 (2017 - R\$ 4.717.327), de diversas pessoas físicas e jurídicas, as quais foram contabilizadas em receitas de doações.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Valores em Débito automático, depósitos e boletos	4.880.301	4.504.316
Valores em Dinheiro	67.618	95.360
Reconhecimento receita diferida	83.884	83.884
Bens recebidos em doações (para conversão em renda) (*)	107.985	10.282
Reconhecimento receita em produtos	24.047	23.485
	<u>5.163.835</u>	<u>4.717.327</u>

(*) Itens oriundos de doações diretas, sem ocorrência de projeto atrelado. Assim sendo, não houve necessidade de constituição de receita diferida.

13. Receita de aluguéis de Imóveis

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cardoso de Almeida (Zequinha)	186.503	184.847
João Mendes	84.750	75.000
	<u>271.253</u>	<u>259.847</u>

A entidade possui imóveis localizados na Rua Zequinha de Abreu, 404 São Paulo e Praça Dr. João Mendes, 62 Conj. 601 e 602, São Paulo, os quais estão locados. A receita é reconhecida mensalmente de acordo com o período de competência.

14. Ações

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ações BRF (Perdigão)	-	27.670
Ações Telefônica	1.056	1.078
Ações Bradesco	431.768	363.453
	<u>432.824</u>	<u>392.201</u>

Em maio de 2018 a Entidade vendeu as 756 ações ordinárias da empresa BRF S.A. por R\$ 21,80 referente ao pregão do dia 17 de maio de 2018.

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Subvenção de custeio educacional (Concessão de gratuidades)

De acordo com a Lei nº 12.101/2009, art. 13, §7, para fazer jus à certificação de entidade beneficente, as entidades de educação que prestam serviços integralmente gratuitos deverão garantir a observância da proporção de, no mínimo, 1 (um) aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de um salário-mínimo e meio para cada 5 (cinco) alunos matriculados. As informações apresentadas são suportadas pelo departamento financeiro da Entidade e serão objeto de análise pelo Ministério da Educação na renovação da certificação da Entidade, conforme os requisitos previstos na mencionada lei e no Decreto nº 7.237 de 2010.

A inscrição dos candidatos será feita por meio do preenchimento do formulário de solicitação de gratuidade e de sua entrega no prazo do edital, acompanhada dos documentos comprobatórios.

Para definição do tipo da bolsa de estudos será considerado as exigências da Lei N.º 12.101/2009, art. 13, § 7º, onde a bolsa de estudo filantrópica será concedida a aluno cuja renda familiar per capita não exceda o valor de 1 ½ (um e meio) salário mínimo e a bolsa de estudo não filantrópica será concedida a aluno cuja renda familiar per capita exceda o valor de 1 ½ (um e meio) salário mínimo, sendo que o patrimônio declarado deve ser compatível com esses rendimentos.

A comprovação da renda do grupo familiar e das demais informações necessárias à análise sócio econômica será feita por meio de documentos e deverá ser entregue pelo candidato ou responsável legal em local e prazos previstos.

Entende-se por grupo familiar e por renda do grupo familiar o que disciplina a legislação para as entidades certificadas como Entidade beneficente de assistência social.

A Entidade presta serviço de educação básica integralmente gratuito, e os valores contabilizados como bolsa de estudos foram apurados de acordo com os valores de mercado da região e compatível com o nível de ensino ofertado.

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Subvenção de custeio educacional (Concessão de gratuidades)--Continuação

a) Demonstrativo das bolsas de estudo/gratuidades (Informações não auditadas):

	2018			2017		
	Número de beneficiados	Percentual de beneficiados	Total de bolsas	Número de beneficiados	Percentual de beneficiados	Total de bolsas
Cursos de educação básica	104	17%	1.220.166	105	17%	1.264.950
Cursos técnicos	176	28%	1.711.476	23	4%	369.178
Acima de um salário mínimo e meio	280	45%	2.931.642	128	21%	1.634.128
Cursos de educação básica	177	29%	2.060.640	162	26%	1.871.189
Cursos técnicos	159	26%	1.642.788	329	53%	3.841.700
Até um salário mínimo e meio	336	55%	3.703.428	491	79%	5.712.889
Total das gratuidades	616	100%	6.635.070	619	100%	7.347.017
	Número de beneficiados	Percentual de beneficiados	Total de bolsas	Número de beneficiados	Percentual de beneficiados	Total de bolsas
Auxiliar de informática	67	24%	782.256	70	11%	817.064
Eletricidade industrial	72	26%	840.634	68	11%	809.568
Eletricidade residencial	71	25%	828.958	68	11%	781.458
Informática aplicada	71	25%	828.958	60	10%	724.301
Cursos de educação básica	281	100%	3.280.806	266	43%	3.132.391
Técnico em administração	112	33%	1.131.444	116	19%	1.382.075
Técnico em informática	113	34%	1.124.766	124	20%	1.452.350
Técnico em redes de computadores	110	33%	1.098.054	113	18%	1.380.201
Cursos técnicos	335	100%	3.354.264	353	57%	4.214.626
Total das gratuidades	616	100%	6.635.070	619	100%	7.347.017

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Subvenção de custeio educacional (Concessão de gratuidades)--Continuação

a) Demonstrativo das bolsas de estudo/gratuidades (Informações não auditadas):

	Saldos em 31/12/2017	Valores recebidos repasses	Consumo	Saldos em 31/12/2018
Fumcad	-	132.018	(131.412)	606
Condeca	-	196.529	(190.856)	5.673
Total	-	328.547	(322.268)	6.279

	Saldos em 31/12/2016	Valores recebidos repasses	Consumo	Saldos em 31/12/2017
Fumcad	10.397	161.793	(172.190)	-
Total	10.397	161.793	(172.190)	-

16. Projetos a executar - FUMCAD

O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD) tem como objetivo financiar projetos que garantam os direitos da criança e do adolescente. Foi criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei 8069/90 no seu artigo 260 alterado pela Lei 12.594/2012 no seu artigo 87 e é vinculado deliberativamente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Na Cidade de São Paulo o CMDCA foi criado pela Lei 11.123/91 e o FUMCAD pela Lei 11.247/92 e regulamentada pelo Decreto 43.135/03.

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Projetos a executar – FUMCAD--Continuação

Para a contabilização, a Entidade, atendeu a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC que aprovou a NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

	Saldos em 31/12/2017	Valores recebidos repasses	Consumo	Saldos em 31/12/2018
FUMCAD	-	132.018	(131.412)	606
Condeca	-	196.529	(190.856)	5.673
Total	-	328.547	(322.268)	6.279

17. Despesas Gerais

Despesas Gerais

	2018	2017
Despesa com impostos, taxas e custas judiciais	78.332	14.940
Outras despesas com Veículos	15.939	6.380
Combustíveis e Lubrificantes	10.550	5.819
Cartório	6.436	4.888
Estacionamento	6.259	5.986
Outras Despesas Administrativas	3.642	1.686
Lanches e Refeições	2.727	2.337
Material de Escritório	623	0
Correios e Malotes	298	227
Condução	274	1.311
Xerox	236	187
Contribuição Sindical	-	80
	125.316	43.841

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Custos educacionais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas com pessoal	2.487.605	2.224.484
Benefícios trabalhistas	536.817	423.252
Encargos sociais (FGTS e PIS)	201.037	248.167
Serviços prestados por terceiros	739.775	727.444
Viagens	12.676	829
Ocupação	272.556	239.870
Despesas gerais	222.262	214.360
Divulgações	243.276	54.968
Despesas tributárias	4.500	2.317
Despesas filantropia	305.483	80.857
Outros custos	29.514	32.776
Depreciação	598.597	571.463
	<u>5.654.098</u>	<u>4.820.788</u>

19. Despesas com pessoal operacional

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários e ordenados	71.996	76.996
Adicionais e horas extras	6.440	9.760
Férias	6.868	47.700
13º Salário	3.927	6.715
Aviso prévio e indenizações	-	29.416
Autônomos	-	8.945
	<u>89.231</u>	<u>179.532</u>

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Serviços prestados por terceiros

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contabilidade	96.400	91.762
Jurídico	61.903	64.353
Auditoria	44.378	53.169
Consultoria	148.370	52.569
Entregas	14.440	26.081
	<u>365.491</u>	<u>287.934</u>

21. Receitas financeiras, líquidas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(47.523)	(37.346)
Juros e multas passivas	(1.372)	(2.337)
IOF	(3.802)	(169)
Desvalorização/perda na realização da Carteira de Ações	(231.168)	(24)
	<u>(283.865)</u>	<u>(39.876)</u>
Receitas financeiras		
Juros ativos	3.298	4.922
Rendimentos de aplicações financeiras	64.545	54.776
Descontos financeiros	3.717	218
Dividendos recebidos	14.978	1.534
valorização da Carteira de Ações	288.156	150.833
Outras receitas financeiras	38.770	30.168
	<u>413.464</u>	<u>242.451</u>
	<u>129.599</u>	<u>202.575</u>

22. Gratuidade - voluntários

Conforme estabelece o parágrafo 19 da ITG 2002, o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Gratuidade – voluntários--Continuação

Nos exercícios de 2018 e de 2017, foram apurados pela administração o recebimento dos seguintes serviços prestados a Entidade:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Diretor Estatutário	25.977	27.239
Aulas e Palestras	9.515	27.239
Outras atividades educacionais e culturais	354.068	372.830
	<u>389.560</u>	<u>427.308</u>

A Entidade reconheceu nas demonstrações do resultado do exercício de 2018 e de 2017 na rubrica de Receitas de Gratuidades - Voluntários, com contrapartida em Custos Gratuidades - Voluntários. O valor justo atribuído foi determinado com base em valores de remuneração de mercado para profissionais que atuam funções similares e no montante em que a Entidade estaria disposta a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço prestado pelo voluntário.

23. Remuneração do pessoal-chave da administração

A Entidade não remunera e nem distribui resultados, a qualquer título, aos seus dirigentes, associados ou conselheiros.

24. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A Entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), referente ao período 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2012, certificado pela Portaria no 255/2010, da Secretaria da Educação Básica do Ministério da Educação.

A renovação para o período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015, foi protocolada em 24 de julho de 2012 e está em análise no Ministério da Educação através do Processo nº 23000.010433/2012-11.

Em 22/12/2015, foi protocolado um novo processo de renovação junto ao Ministério da Educação para o período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Cobertura de seguros

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, para responsabilidade civil geral e patrimonial (informações não auditadas):

Riscos	2018	2017
Incêndio/raio/explosão	10.000.000	13.300.000
Roubo e/ou furto	50.000	90.000
Vendaval/furacão/ciclone	150.000	225.000
Equipamentos eletrônicos	170.000	170.000
Equipamentos estacionários	200.000	200.000
Responsabilidade civil - empregador	500.000	500.000
Danos elétricos	200.000	250.000
Equipamentos cinematográficos	32.000	32.000
Responsabilidade civil - operações	500.000	500.000
Queda de Aeronaves	100.000	100.000
Impacto de Veículo	100.000	200.000
Perda pagamento aluguel básica / fiança	100.000	60.000

26. Partes relacionadas

A entidade é administrada por 5 diretores incluindo o Sr. Roberto Ueda (Secretário) que é também diretor-presidente da Associação Pro Educação uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos que visa expandir e auxiliar o acesso à educação de alta qualidade no Brasil, nos níveis de Educação Infantil, Fundamental, Médio e Superior. A organização também incentiva a inclusão social, formando seres humanos bem formados do ponto de vista intelectual, moral e físico, contribuindo para o desenvolvimento do País segundo princípios éticos, de excelência e de justiça.

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

(a) Compras de serviços de treinamento

	2018	2017
Compras de serviços		
Entidade controlada pelo pessoal-chave da administração	-	60.000
	-	60.000

Em 2018 não houve parte relacionada com a Associação Pro Educação, conforme demonstrado no gráfico acima.